



MULHERES NEGRAS, MÃE ATÍPICA: DIALOGANDO AUTOETNOGRAFIAS DE CIENTISTAS NEGRAS

III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 3ª edição, de 06/12/2021 a 10/12/2021
ISBN dos Anais: 978-65-81152-32-1

MATA; Gisele Camilo da Mata¹, SILVA; Juliana Marcia Santos²

RESUMO

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe um diálogo entre duas cientistas que investigam temas afins: as experiências de mulheres negras e mulheres mães de crianças com deficiência sobre a atuação e o fazer científico no percurso de escolarização e inserção na ciência, e ainda na qualificação do debate a respeito da maternidade. Partindo das formulações de Euclides e Silva [1], escolheu-se aqui trabalhar com a autoetnografia feminista dialogada. Nos valem da teoria da autoetnografia para dialogar sobre nossas vivências, silenciamentos e sobretudo a dororidade que nos conecta quando questionamos racismo, patriarcado e feminismo hegemônico.

Os diálogos entre as duas vozes que aqui se encontram possibilitam identificar as assimetrias estabelecidas pela maternidade na vivência de duas cientistas negras. Simultaneamente, promove um afluente de conexões em que as opressões intersecções são objeto inicial de análise. Nas dinâmicas teórico-metodológicas confluímos nossas perspectivas no elemento central deste texto: trajetórias de mulheres negras e mães de filhos com deficiência na carreira científica nos próprios marcadores das pesquisadoras que se propõem a produzir conhecimento junto à pluralidade das vivências individuais e coletivas.

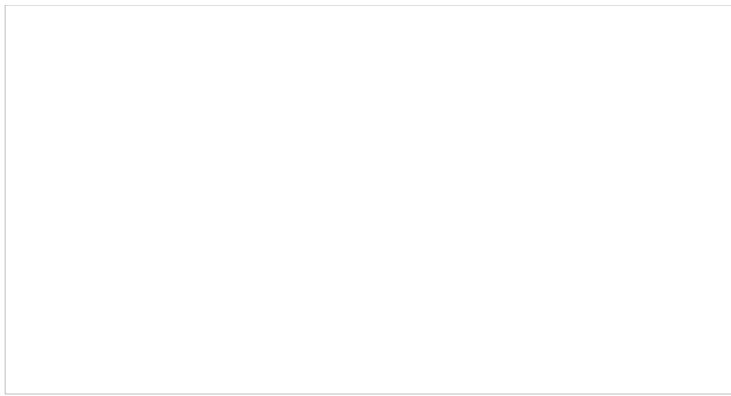
Vivenciamos no Brasil no período de 2004 a 2016 progressivas mudanças no cenário econômico, político e social. Enquanto responsável pelas estatísticas oficiais brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga dados relativos ao censo demográfico. Nesses dados é possível observar, por exemplo, que entre 2003 a 2009 houve um aumento expressivo na participação das mulheres no Ensino Superior. Entretanto, ainda permanece as desigualdades raciais na educação brasileira quando direcionamos a análise para participação da população negra, sobretudo das mulheres negras.

Ao considerarmos a trajetória das mulheres na educação, apesar da democratização de acesso ao Ensino Superior e a chegada de novos perfis às universidades públicas, esse avanço não implica equidade entre homens e mulheres ou entre as mulheres. A compreensão de que gênero, raça, classe, geração se apresentam como estruturantes das desigualdades na educação, e que por isso é necessário abordagem interseccional para análise da multiplicidade das opressões que atuam nas vivências de pessoas negras, especialmente as mulheres e entre elas as que são mães de crianças com deficiência.

Gráfico 1 - Estudantes no Ensino Superior por sexo e cor/raça (2003-2009). (Em %)

¹ Mestranda Educação e Docência PROMESTRE/UFMG, camilodamata@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, julianamss@msn.com

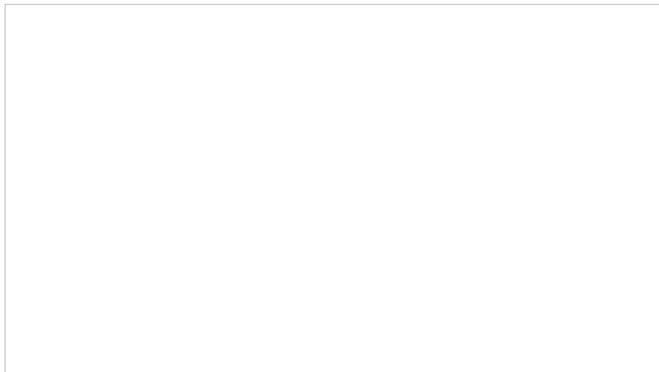


Fonte: IBGE (2004; 2010).[2]

É importante destacar que em 2014, o IBGE, elaborou em convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero, um estudo sobre estatísticas de gênero baseado nos resultados do Censo Demográfico 2010. Ao analisarmos os dados apresentados nesse estudo frente aos dados do período no gráfico anterior podemos perceber maior participação das mulheres no acesso ao ensino superior, mas ao parearmos raça nessa análise a distância é latente.

Entretanto, com a divulgação, em 2016, do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, podemos perceber as desigualdades de gênero e raça na educação de mulheres negras e brancas. O que reforça a importância de ampliar e enriquecer o debate para, simultaneamente, manter uma agenda pública permanente e ainda que a equidade de gênero seja eixo estruturante na formulação de políticas públicas.

Tabela 1 - População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por gênero e raça - 2016



Fonte: IBGE, 2010 [3]

Estes dados demonstram a lacuna de desigualdade racial e gênero, pois apenas 10,4 % das mulheres negras concluem o ensino superior. O que esses dados não demonstram é o efeito da maternidade na trajetória de escolarização dessas mulheres sejam negras ou brancas. A pesquisadora Roberta Arêas[4] demonstra em seu estudo, o efeito tesoura, que há um declínio na progressão da carreira das cientistas quando se tornam mães.

METODOLOGIA

Escolheu-se aqui trabalhar com a autoetnografia feminista dialogada, nos moldes de Euclides e Silva [1], por compreender que a tal metodologia nos permitirá identificar pontos de convergência e divergência nestas trajetórias que podem ou não ser identificados em trajetórias de cientistas negras dentro e fora do Brasil. As autoras anteriormente mencionadas tratam de demonstrar a relevância das autobiografias nas epistemologia e feministas que puderam assim identificar e analisar experiências vividas individualmente que são fruto da conjuntura social, em especial as assimetrias sociais de raça, classe e gênero em intersecção.

¹ Mestranda Educação e Docência PROMESTRE/UFMG , camilodamata@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, julianamss@msn.com

No caso aqui explorado, de diálogo entre autoetnografias de mulheres negras, a dororidade torna-se um importante fator nesta análise, pois é a partir desta relação de dororidade que as simetrias vão surgindo na análise das duas trajetórias, contudo, vale ressaltar que foram consideradas também as assimetrias geracionais e a agudização das assimetrias de gênero geradas pela maternidade na trajetória de uma de nós.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gisele é uma mulher negra de 42 anos que realizou sua primeira graduação em 2004, à época, a primeira mulher da família a ingressar na Educação Superior. Diante às adversidades que atravessam as vivências de mulheres negras, foco em tela do presente artigo, a autora viu-se em um momento de mudança da trajetória escolar e em 2011 ingressa na segunda graduação, dessa vez em um curso tecnológico na área de gestão pública. Entretanto, a partir da gravidez em 2014 os planos de ingressar em programa de pós-graduação em nível de mestrado precisaram ser postos em espera. Em 2017, os filhos já com dois anos de idade Gisele retoma os projetos da carreira acadêmica, o que acontece simultaneamente ao diagnóstico do filho em Transtorno do Espectro Autista (TEA). Talvez por isso, a aprovação no mestrado só ocorreu em 2018 e a continuidade da caminhada na trajetória acadêmico-científica tem início.

Juliana, por outro lado, é uma mulher negra de 27 anos, que concluiu estudou na rede privada em escolas de ensino confessional, tendo concluído o ensino médio aos 17 anos e ingressado no ensino superior aos 19 anos, sendo a segunda da família na educação superior, mas a primeira numa universidade pública, a Universidade Federal da Bahia. Sua graduação em serviço social realiza-se entre os anos de 2013 e 2017, tendo participado de iniciação científica com bolsa por dois anos num projeto de pesquisa sobre professoras negras. Seu ingresso no mestrado se dá no ano seguinte por meio de cotas raciais, tendo concluído o curso em 21 meses pois havia ingressado no doutorado na PUC-Rio no mesmo ano (2020). Durante toda a formação, Juliana relata sentir a forte pressão do ambiente acadêmico para não engravidar, tendo sido aconselhada por uma colega cientista de que “seu primeiro filho precisa ser a tese”. Contudo também relata que há uma pressão contrária da família, que após seus 21 anos passou a cobrar casamento e filhos.

Refletindo sobre a categoria cuidado sabe-se que existe uma expectativa de que as ações das mulheres estejam sempre norteadas pela “ética do cuidado” [5], ou seja, pela constante responsabilização e cuidado sobre o outro, mesmo quando isso signifique anular a si mesma. Contudo, quando tratamos da mulher negra acrescenta-se as imagens de controle criadas pelo passado colonial e escravista vivido no Brasil. Desta forma o estereótipo da *mammy* - a mãe-preta no Brasil - citada por Patrícia Hill Collins [6], reverbera sobre todas as mulheres negras da qual se mascara a exploração do trabalho doméstico e de cuidado com a oferta sorridente de afeto e carinho. Assim, da mulher negra espera-se a disponibilidade abnegada para servir e cuidar dos outros sem questionar, seja nas relações sociais ampliadas ou nas íntimas relações intrafamiliares. A impossibilidade de recusa ao cuidado toma nuances diferentes quando se trata de uma mulher sem filhos, pois por sua condição de não-mãe espera que este “espaço vazio” pode e deve ser preenchido no cuidado com sobrinhos, primos, irmãos, vizinhos, etc, no caso da mulher com filhos pode haver o argumento de que “ela já sabe cuidar” e “quem cuida de um cuida de dois”, contudo em ambos os casos existe também a cobrança de uma retribuição pelo cuidado oferecido a esta mulher quando era criança, sob o risco de ser julgada como egoísta e ingrata em caso de recusa.

No que tange a produção científica ressalta-se que assumir a posição de intelectual negra já se constitui como um desafio para todas as mulheres negras como aponta hooks [7]. A autora enfatiza que além da questão da identificação há uma dificuldade encontrada pelas mulheres negras para exercer a produção científica, tendo em vista que os lares negros costumam oferecer maiores dificuldades na oferta de condições adequadas para o isolamento que a escrita acadêmica demanda.

A gente escreve sozinha em geral passando muito tempo isolada. Muitas vezes é difícil manter um senso de compromisso com a comunidade. As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros as vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solitária. Isso se aplica especialmente as negras que são mães. As mães solteiras muitas vezes têm de lutar com obstáculos materiais que não lhes

¹ Mestranda Educação e Docência PROMESTRE/UFMG, camilodamata@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, julianamss@msn.com

permitem concentrar-se intensamente para pensar e escrever mesmo que o desejem [8]

Corroborando com este artigo relata-se na autoetnografia da autora Juliana, que reside em uma casa de andares onde mora toda a família materna na comunidade do marotinho em Salvador, há, para além das demandas do cuidado com a casa e da família (em especial o irmão, que é cuidado exclusivamente por ela e a mãe), problemas que envolvem a localização da residência, numa comunidade que encontra-se em conflito entre facções durante o período em que a escrita desse trabalho ocorre, além disso há nas proximidades da casa uma sirene que informa quando há risco de deslizamento de terra nas imediações, que é acionada para alertar os moradores sempre que ocorrem chuvas intensas na cidade. Fatores estes que corriqueiramente interferem em suas condições para produção acadêmica.

Moradora da periferia, a autora Gisele, reside em uma casa - cedida por familiar - também de andares onde mora também com a família materna. As demandas dos cuidados com os filhos e a mãe muitas vezes estendem-se aos sobrinhos, são cinco ao todo em idades entre 9 e 3 anos. Destes cinco, dois moram na mesma casa e os outros três precisam ficar durante a semana porque as mães e pais não puderam ficar em isolamento no contexto de trabalho. Além dos cuidados com os filhos e a mãe, isso quer dizer que durante todos os dias da semana também se faz necessário estruturar essa outra rede de cuidados familiar. Não há como negar o impacto no trabalho de escrita quando tem-se sete crianças em casa, em situação de isolamento, realizando atividades escolares de maneira remota, e com uma rotina nova.

Atrelado a isso percebe-se que os dados do relatório "PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade" do Parent in Science é corroborado pelas duas realidades aqui relatadas pelas duas autoras, Gisele que é mãe atípica relata dificuldades em participar de eventos e produzir artigos durante a pandemia. O trabalho de escrita exige condições de continuidade e fluidez de pensamento, entretanto são interrupções por motivos de trabalho remoto e toda uma nova configuração nessa modalidade de trabalho, acompanhamento terapêutico das crianças, processo de pesquisa do mestrado para citar alguns fatores. Realizar distintas reflexões que venham qualificar o debate por meio de produtividade científica torna-se por um lado, tarefa gigante e por outro lado densa e árida demais nas condições apresentadas pela autora. Ainda assim, foi possível a publicação em 2021 de um artigo que foi submetido em 2019, a submissão de resumo expandido em seminário, para além disso a participação em três lives que debatiam maternidade na perspectiva racializada e interseccional.

Entretanto, Juliana neste mesmo período realizou dois cursos de extensão, publicou um artigo em periódico, 2 capítulos de livro, 4 apresentações de trabalhos, organizou 2 seminários, foi membro de duas bancas de TCC, ministrou o curso "Mamães na pós" em 2020 e também participou de cerca de 20 lives e palestras. Os números aqui expostos demonstram que mesmo que as duas interlocutoras deste trabalho enfrentam igualmente as dificuldades impostas pela intersecção do racismo, classismo e sexismo, a maternidade surge como um divisor de águas que coloca duas mulheres negras em diferentes condições de produção acadêmica. Neste período, recorreu ao acompanhamento de equipe de saúde mental por conta da sobrecarga e esgotamento.

Na linearidade das nossas trajetórias encontramos outro ponto de convergência, ainda que individualmente estejamos apoiadas em seus campos de investigação científica e vivências, que diz respeito ao desenvolvimento do estudo crítico e racializado da maternidade, questionando o racismo, o patriarcado e o feminismo universal. E nessa dinâmica, confluímos para um objetivo comum que é a justiça social, ainda que esse movimento se dê em universidades e territórios distintos e distantes.

CONCLUSÕES

Dentre as questões aqui analisadas, percebeu-se que mesmo na experiência de duas mulheres negras acadêmicas, a maternidade ainda impõe diferentes vivências para mulheres com filhos, e ainda mais na vida de mães atípicas. Embora a interlocutora sem filhos tenha relatado enfrentar dificuldades na produção, ainda assim consegue produzir academicamente e corresponder às expectativas produtivistas do ambiente acadêmico.

Observou-se que o cenário de ações afirmativas mais consolidadas possibilitou às duas autoras o

¹ Mestranda Educação e Docência PROMESTRE/UFMG, camilodamata@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, julianamss@msn.com

ingresso na pós-graduação por meio de políticas de cotas, contudo as vivências nestes dois espaços seguem de maneira diversa tendo em vista a constante demanda de maternidade atípica de Gisele que se desdobra entre o cumprimento das atividades do mestrado profissional, as consultas do filho, o cuidado com o lar e o emprego.

REFERÊNCIAS

1. EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. Dialogando Autoetnografias negras: Intersecções De Vozes, Saberes E Práticas Docentes. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista -Bahia -Brasil, v. 15, n. 32, p. 33-52, abr./jun. 2019
2. SOTERO, E. C. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, M. M. et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. p.35-52.
3. IBGE. **Informativo estatísticas de gênero - Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia#:~:text=Em%202010%2C%20foram%2057%2C3,38%2C7%25%2C%20mulheres..> Acesso em 24 out 2021.
4. ARÊAS, R.; ABREU, A.; SANTANA, A.; BARBOSA, M.; NOBRE, C. Gender and the scissors graph of Brazilian science: from equality to invisibility. OSF Preprints, 2020
5. GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
6. COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
7. HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvli Libanio. 5ª ed. Riode Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
8. HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478
9. COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro** **Soc. estado**. v.31, n.1, jan./abr. 2016
10. BRIGGS, Thainá (org.). **Mães pretas**: Maternidade Solo e Dororidade. São Paulo: Futurama Editora, 2021.

PALAVRAS-CHAVE: maternidade atípica, mulheres negras, autoetnografia, maternidade e ciência

¹ Mestranda Educação e Docência PROMESTRE/UFMG, camilodamata@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, julianamss@msn.com